



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS
HUMANOS DO PARANÁ

1
2
1 **Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR — 10/04/2026**

12 Ao décimo dia do mês de Abril do ano de 2026 às 09:00 horas, Rua Frederico
3 Maurer, 617 – CEP 81630-020 - Boqueirão - Curitiba/PR em formato Híbrido, através
4 de videoconferência por meio de *link* disponibilizado para os (as) Conselheiros (as)
5 sob justificativa prévia, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Permanente
6 de Direitos Humanos do Paraná (COPED/PR). Fizeram-se presentes, conforme
7 convocação os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Aurélio Munhoz
8 (AMP). **Conselheiros (as) Suplentes Governamentais:** Nádia Alves de Souza
9 Leandro (SEJU); Camila Schiavon Tigrinho (TJPR); Alison Lopez Ribeiro (SESP)
10 **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Walter Tierling Neto (Grupo
11 Dignidade); Josiane Medeiros (Conselho da Comunidade da Comarca de Curitiba e
12 RMC – Órgão de Execução Penal); Camila de Fátima Pedroso de Matos(RMN).
13 **Entidades Titulares Interior:** Alisson Fernando Moreira Poças (Centro de Direitos
14 Humanos de Londrina); a Vice-Presidente Bruna Ravena (Casa de Malhu); Bruna
15 Marcelly Coutinho (Grupo União Pela Vida – Umuarama). **Conselheiros (as)**
16 **Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Wanderli Machado (CRESS); Aieda
17 Muhieddine (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras); Vânia Regina Ferreira de
18 Oliveira (Instituto Divas); Carmen Helena da Silva Conrado (Coletivo Unificar);
19 Caroline Felisbino da Silva (FONATRANS); Marcelli Victorio Godoi (Associação
20 Nubia Rafaela ALGBTI+). **Convidados/Colaboradores:** Aline Oliveira Ferreira
21 Romanel (Assistente Administrativo - SEJU/UTSC); Henrique Chaves dos Anjos
22 (Assistente Administrativo - SEJU/UTSC); Simone Moreira (SEJU/CODH); Leandro
23 Peixoto (SEJU/CODH); Jonathan (SEJU/CODH); Juventino Antonio de Moura
24 Santana (Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos – DCDH); Dr. Antônio Vítor
25 Barbosa de Almeida (NUCIDH/DPE); Laura Silva Shaffrath (GS/SEJU); Flávio Fedel
26 Netto (GS/SEJU); Roselene Sonda (CAOP/MPPR); Eli Dias (público). **Justificativa**
27 **de Ausência:** Laércio Ramon Rodrigues Silva (SEDEF); Andrey Salmazo Poubel
28 (OAB/PR); Rafael Osvaldo Machado Moura (MP/PR); Maria José El Saad (UBM);
29 Thaís Boamorte (Associação Flor de Lis LGBT), justificaram sua ausência. **1.**



30 **Abertura:** A princípio, a Vice-Presidente Bruna saudou todos (as/es) relembra que a
31 justificativa deve ser feita no e-mail é lá que é comunicação oficial, lembrando que a
32 vaga é da Instituição, não é do Conselheiro (a). A seguir, Assistente Administrativa
33 Aline cumprimentou todos (as/es) e deu início à chamada nominal para registro em
34 Ata. Logo após deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Permanente de
35 Direitos Humanos do Paraná. **2. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de**
36 **Março de 2026:** Todos receberam a Ata de Março nos seus e-mails este mês e
37 todos aprovaram sem ressalvas. **3. Aprovação da Pauta:** A Vice-Presidente Bruna
38 Ravena questiona se algum(a) Conselheiro(a) gostaria de incluir ou excluir algum
39 ponto da pauta. Inicialmente, foi solicitada a inclusão de item pela Vice-Presidente.
40 Na sequência, a pauta, com as devidas inclusões, foi submetida à aprovação do
41 Pleno, sendo aprovada sem ressalvas. A Vice-Presidente solicita a atenção de
42 todos(as) os(as) Conselheiros(as) quanto à participação nas reuniões das
43 Comissões, ressaltando a importância do comprometimento de todos(as). Destaca
44 que, em outros Conselhos, as datas das reuniões são previamente fixadas,
45 garantindo a participação integral dos membros. Informa, ainda, que, conforme
46 alinhado em reunião com a Diretora-Geral da SEJU, os protocolos não devem
47 permanecer em aberto por mais de 40 (quarenta) dias, sejam eles denúncias ou
48 deliberações das Comissões, sob pena de arquivamento da pauta, o que pode
49 acarretar prejuízos ao Conselho. Na sequência, questiona aos(às) Conselheiros(as)
50 se há concordância em deliberar, na presente reunião, as pautas das Comissões —
51 ressaltando tratar-se de matérias sensíveis — ou se seria mais adequado o
52 agendamento de reunião extraordinária, em formato online, destinada
53 exclusivamente às deliberações das Comissões. Também indaga sobre a
54 possibilidade de extensão da reunião ao longo de todo o dia para apreciação das
55 pautas. A Vice-Presidente relembra que, anteriormente, as reuniões das Comissões
56 ocorriam antes das plenárias, mas que havia dificuldades de participação. Reforça a
57 necessidade de retomada das reuniões das Comissões, destacando que já houve
58 retorno para as Comissões de Denúncias e de Direitos Sociais, inclusive com pautas
59 de caráter urgente. A Conselheira Roselene Sonda questiona se a Comissão CAPI



60 encontra-se esvaziada, ao que a Vice-Presidente confirma, esclarecendo que o ideal
61 seria a garantia da paridade entre representantes do governo e da sociedade civil.
62 Informa que a pauta da CAPI envolve a Lei do COPED, incluindo a leitura da reunião
63 realizada com o CODH, bem como duas pautas anteriormente apreciadas que
64 ficaram pendentes de manifestação dos(as) Conselheiros(as) e que, diante da
65 ausência de manifestação, consideram-se automaticamente aprovadas. Registra-se
66 a manifestação do Conselheiro Aurélio Munhoz. Na sequência, a Vice-Presidente
67 Bruna Ravena apresenta o Diretor de Direitos Humanos da SEJU aos presentes. O
68 Diretor Juventino (Toni) realiza sua apresentação, informando que está atuando
69 como suplente da Conselheira Nádia, representando a SEJU neste Conselho. A
70 Vice-Presidente dá as boas-vindas ao Diretor e enfatiza a importância da
71 participação ativa da SEJU nas reuniões, considerando as diversas demandas do
72 COPED. Destaca, especialmente, a necessidade de diálogo com a gestão em
73 relação à atualização da Lei do COPED, considerada engessada por ser datada de
74 1995, quando comparada a outros Conselhos de Direitos do Estado do Paraná.
75 Aponta, ainda, a necessidade de fortalecimento da participação da sociedade civil no
76 monitoramento das políticas de direitos humanos, contribuindo para a formulação e
77 implementação de políticas públicas. Menciona a importância da construção de
78 instrumentos que possibilitem a captação de recursos, como emendas
79 parlamentares, visando ao fortalecimento do orçamento da Secretaria e à ampliação
80 das políticas de direitos humanos. Por fim, destaca iniciativas como a Caravana
81 COPED, coordenada pelo Conselheiro Walter, que tem como objetivo ouvir a
82 sociedade civil nos territórios, trazendo ao governo as demandas daqueles que
83 vivenciam violações de direitos, bem como daqueles que acessam políticas públicas,
84 possibilitando avaliação, sugestões e aprimoramento das ações no Estado do
85 Paraná. A Vice-Presidente registra que esta é sua segunda atuação como Vice-
86 Presidente do Conselho e, por fim, questiona se algum(a) Conselheiro(a) gostaria de
87 se manifestar direcionando fala ao Diretor. Após a apresentação realizada pela Vice-
88 Presidente, Bruna Ravena, o Diretor Juventino (“Toni”) faz uso da palavra, relatando
89 sua experiência profissional, destacando sua atuação na Controladoria-Geral do



90 Município de Curitiba, onde exerceu a função de Chefe de Gabinete, com
91 significativa atuação na área legislativa. Na oportunidade, coloca-se à disposição do
92 Conselho para contribuir no que for necessário, ressaltando que todos(as) os(as)
93 Conselheiros(as) podem procurá-lo diretamente. Manifesta, ainda, seu compromisso
94 em colaborar, dentro do período restante do mandato do Governador Ratinho Júnior,
95 para avançar na atualização normativa, especialmente no que se refere à legislação
96 pertinente ao Conselho. Na sequência, a Vice-Presidente, Bruna Ravena, retoma a
97 palavra e, inicialmente, convida o Diretor Juventino (“Toni”) a integrar a Comissão de
98 Articulação Política e Institucional (CAPI), destacando que a referida Comissão é
99 responsável pela condução das discussões relativas ao Projeto de Lei do Conselho,
100 já elaborado, encontrando-se atualmente em fase de análise e negociação. Informa
101 que o Estado apresentou indicativos sobre a viabilidade da proposta, estando, no
102 momento, em apreciação pela sociedade civil, especialmente quanto à composição
103 das cadeiras, considerando a possibilidade de adequação do número de
104 representantes. Esclarece que, na maioria dos Conselhos Estaduais, há a previsão
105 de 14 cadeiras para a sociedade civil, enquanto o COPED possui, atualmente, 8
106 instituições titulares e 8 suplentes, totalizando 16 vagas, o que difere do modelo
107 adotado por outros Conselhos, nos quais titularidade e suplência pertencem à
108 mesma instituição. Ressalta que tal configuração impacta na dinâmica de
109 participação e substituição, evidenciando a necessidade de reequilíbrio e atualização
110 estrutural do Conselho. Na continuidade, informa o início da reunião, justificando a
111 realização em período diferenciado em razão das particularidades do mês de março,
112 marcado por agendas intensas, como atividades relacionadas ao Mês da Mulher,
113 afastamentos de Conselheiros(as) e período de férias, o que dificultou a realização
114 prévia de reuniões de algumas Comissões. Por fim, a Vice-Presidente reforça as
115 boas-vindas ao Diretor, manifesta a expectativa de sua participação contínua nas
116 reuniões e destaca a importância do acompanhamento, ainda que por meio de sua
117 assessoria, para fortalecimento do diálogo institucional. Coloca o Conselho à
118 disposição e reitera a satisfação em poder contar com sua colaboração para o
119 avanço das pautas em andamento, o Diretor agradece pela receptividade. Na



120 sequência, o Conselheiro Aurélio Munhoz solicita o uso da palavra. Inicia
 121 cumprimentando a todos, todas e todes, e apresenta pedido de desculpas pelas
 122 ausências recorrentes nas reuniões do COPED nos últimos 12 meses, justificando
 123 que estava vinculado a órgão do Governo do Estado, do qual se desligou no último
 124 dia 31, informando que, a partir de então, terá maior disponibilidade para
 125 participação nas atividades do Conselho. De forma objetiva, sugere que as pautas e
 126 demandas pendentes sejam integralmente apreciadas ainda na presente reunião,
 127 considerando a existência de questões emergenciais que não podem ser
 128 postergadas, especialmente em razão da não realização prévia das reuniões das
 129 Comissões. No que se refere às Comissões, reforça a solicitação para que sejam
 130 encaminhadas as composições atualizadas, com indicação dos grupos
 131 correspondentes e seus membros, a fim de possibilitar o posicionamento dos(as)
 132 Conselheiros(as) e, se necessário, a inclusão de novos integrantes para dar maior
 133 celeridade às demandas. Sugere, ainda, que essa definição possa ocorrer ao longo
 134 da própria reunião, com a possibilidade de já se estabelecer um cronograma de
 135 encontros das Comissões, seja em datas separadas ou concentradas em um
 136 mesmo dia, conforme deliberação coletiva. Por fim, agradece e manifesta apoio ao
 137 andamento dos trabalhos, encerrando sua fala. Na sequência, a Conselheira
 138 Marcelli faz uso da palavra. Cumprimenta a todos(as) e informa que está
 139 participando de sua primeira reunião no Conselho pela Associação Nubia Rafaela
 140 LGBTI+. Na oportunidade, solicita, se possível, o envio do calendário das reuniões
 141 das Comissões. Na sequência, a Vice-Presidente, Bruna Ravena, responde à
 142 solicitação da Conselheira Marcelli, informando que o calendário das reuniões das
 143 Comissões será definido na presente reunião. Esclarece que já existe um calendário
 144 anual previamente aprovado para as reuniões plenárias do Conselho, geralmente
 145 definido na reunião de dezembro. Contudo, ressalta a necessidade de que, nas
 146 próximas gestões — ou na continuidade da atual —, também seja estabelecido, de
 147 forma antecipada, o calendário das reuniões das Comissões, a fim de possibilitar
 148 melhor organização e conciliação das agendas. Destaca que as Comissões
 149 desempenham papel fundamental para o funcionamento do Conselho, sendo



150 responsáveis pela análise prévia das matérias. Nesse sentido, enfatiza que as
 151 reuniões das Comissões devem ocorrer, preferencialmente, com antecedência de 10
 152 a 15 dias em relação às plenárias, para que seus pareceres e deliberações possam
 153 constar na pauta e serem apreciados pelo Pleno, seja para aprovação ou para
 154 eventuais complementações e encaminhamentos formais. Por fim, dá as boas-
 155 vindas à Conselheira, manifesta satisfação com sua participação e reforça a
 156 importância da contribuição de sua instituição. Ressalta, ainda, o fortalecimento da
 157 representatividade no Conselho, mencionando o aumento da participação de
 158 mulheres trans, o que contribui para o avanço das políticas de direitos humanos no
 159 Estado do Paraná. Na sequência, é concedida a palavra ao Dr. Antônio Barbosa, do
 160 Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH) da Defensoria Pública do
 161 Estado do Paraná (DPE), convidado especialista do COPED, que agradece a
 162 abertura e o espaço para manifestação, bem como à Vice-Presidente, Bruna
 163 Ravena, pela condução dos trabalhos. Inicialmente, faz apontamentos acerca da
 164 Comissão de Articulação Política e Institucional (CAPI), destacando que a
 165 Defensoria Pública já participou ativamente das discussões em gestões anteriores,
 166 inclusive contribuindo na elaboração da proposta apresentada à SEJU. Informa que
 167 esteve presente na reunião de apresentação dessa proposta e relembra que a
 168 Secretaria ficou de encaminhar uma contraproposta, conforme mencionado
 169 anteriormente. Contudo, relata que não integra mais o grupo de comunicação da
 170 Comissão, solicitando que seja reinserido, a fim de que a Defensoria Pública, por
 171 meio do NUCIDH, possa continuar acompanhando os trabalhos e contribuindo
 172 tecnicamente no âmbito institucional. Em seguida, apresenta uma orientação
 173 direcionada especialmente aos representantes da sociedade civil, diante das
 174 dificuldades relatadas quanto à realização de reuniões das Comissões e à
 175 tramitação de denúncias. Sugere que, em casos de urgência, as denúncias também
 176 sejam encaminhadas diretamente aos canais oficiais das instituições competentes,
 177 como Ministério Público, Defensoria Pública ou autoridades policiais, sempre que
 178 houver anuência da vítima ou da organização envolvida. Destaca que tal medida é
 179 importante para evitar a perda de provas e garantir maior celeridade na apuração



180 dos fatos, citando como exemplo caso recente envolvendo violência grave contra
181 pessoa migrante em situação de rua, no qual a atuação imediata possibilitou a
182 preservação de evidências. Ressalta que a sugestão não tem o objetivo de substituir
183 o papel das Comissões do Conselho, mas sim de complementar os fluxos,
184 especialmente em situações emergenciais que demandem pronta intervenção. Por
185 fim, reforça o pedido de inclusão no grupo da CAPI e solicita, caso disponível, o
186 envio da contraproposta apresentada pela SEJU, para que o Núcleo de Cidadania e
187 Direitos Humanos (NUCIDH) da Defensoria Pública possa realizar análise técnica e
188 contribuir com subsídios qualificados às discussões. Encerra agradecendo a
189 oportunidade. Na sequência, a Vice-Presidente, Bruna Ravena, responde ao Dr.
190 Antônio Barbosa, agradecendo sua contribuição e informando que realizará o
191 encaminhamento dos documentos solicitados. Esclarece que o material já foi
192 disponibilizado previamente no grupo da Comissão, tanto por meio de link quanto
193 em formato editável, com o objetivo de possibilitar a análise e eventuais ajustes
194 diretamente no âmbito da Comissão, antes de sua submissão ao Pleno. Ressalta
195 que esse procedimento busca qualificar as contribuições e evitar que a matéria
196 chegue de forma muito aberta à plenária, o que, por vezes, dificulta a participação e
197 o envio de sugestões. Na sequência, o Conselheiro Alisson faz uso da palavra e
198 informa que foi recentemente cobrado por integrantes do Centro de Direitos
199 Humanos de Londrina acerca da não inclusão de seus representantes nos grupos
200 das Comissões de Denúncias e da Comissão da População em Situação de Rua.
201 Relata que havia entendido que os representantes já estariam devidamente
202 inseridos nos referidos grupos, considerando que a participação foi aprovada em
203 dezembro do ano anterior. Destaca, ainda, que não realiza o acompanhamento
204 direto da gestão dos grupos, por não ser administrador, razão pela qual não havia
205 identificado a ausência anteriormente. Diante disso, solicita, novamente, que sejam
206 adotadas as providências necessárias para a inclusão dos representantes do Centro
207 de Direitos Humanos de Londrina nos grupos das respectivas Comissões, a fim de
208 garantir sua participação efetiva nas discussões e encaminhamentos. Na sequência,
209 a Vice-Presidente, Bruna Ravena, manifesta preocupação quanto à condução das



210 pautas da Comissão de Denúncias, destacando tratar-se da Comissão mais sensível
211 do Conselho, por envolver dados sigilosos e informações pessoais, como
212 identificação de envolvidos. Diante disso, pondera sobre a viabilidade de se discutir
213 tais pautas no âmbito do plenário, considerando que as reuniões são gravadas e
214 ficam registradas no sistema, o que pode comprometer a confidencialidade das
215 informações. Ressalta, ainda, que, embora anteriormente as reuniões fossem
216 transmitidas publicamente, atualmente não há essa prática, o que também exige
217 cautela adicional no tratamento dos conteúdos. Nesse contexto, submete ao Pleno a
218 deliberação sobre a melhor forma de encaminhamento: se as pautas das
219 Comissões, inclusive as mais sensíveis, devem ser apresentadas e deliberadas em
220 plenário, com os devidos cuidados quanto à preservação de informações, ou se
221 seria mais adequado realizar reunião extraordinária específica para tratar das
222 matérias das Comissões, especialmente aquelas que demandam maior resguardo e
223 aprofundamento. Destaca que a Comissão de Denúncias concentra o maior volume
224 de pautas, ainda que, no momento, haja poucos retornos, enquanto outras
225 Comissões possuem matérias mais extensas. Por fim, abre regime de discussão
226 para que o Pleno delibere sobre a forma de apreciação e aprovação das pautas das
227 Comissões. O Conselheiro Aurélio vota para que sejam debatidas neste pleno, por
228 conta de dar celeridade as pautas, por estarem represadas há muito tempo. Na
229 sequência, o Conselheiro Alisson manifesta seu entendimento quanto à condução
230 das pautas, especialmente no que se refere à Comissão de Denúncias. Sugere que,
231 no âmbito do Pleno, sejam apresentados apenas os informes e retornos gerais da
232 referida Comissão, resguardando-se, contudo, as pautas específicas e mais
233 sensíveis para deliberação em reunião extraordinária própria, a fim de garantir o
234 adequado tratamento das informações sigilosas. Na sequência, a Vice-Presidente,
235 Bruna Ravena, encaminha a matéria para deliberação, colocando em regime de
236 votação a forma de tratamento das pautas das Comissões, solicitando que os
237 contrários se manifestassem. Não havendo manifestações contrárias, a proposta é
238 considerada aprovada. Ato contínuo, submete à aprovação a pauta da reunião e
239 questiona se há inclusão de novos pontos. Na oportunidade, propõe a inclusão de



240 pauta extraordinária, informando ao Pleno o desligamento, ocorrido no dia anterior,
241 da servidora Jane, destacando sua relevância para o funcionamento e organização
242 dos Conselhos no âmbito da Secretaria de Justiça. Ressalta que,
243 independentemente de questões políticas ou de natureza do cargo, a servidora
244 sempre atuou com elevado grau de competência técnica, responsabilidade e
245 articulação institucional, especialmente no apoio às demandas administrativas, como
246 organização de viagens, formações e cursos, além do suporte contínuo aos diversos
247 Conselhos vinculados à Secretaria. Diante disso, propõe como encaminhamento a
248 elaboração e aprovação, por parte do Conselho, de uma carta a ser encaminhada ao
249 Governo do Estado, por meio da Casa Civil, solicitando a recondução da servidora
250 ao cargo, ou, alternativamente, a designação de profissional com perfil técnico
251 equivalente, considerando a complexidade e volume de demandas envolvidas no
252 assessoramento aos Conselhos e Comitês. Destaca, por fim, que a referida
253 servidora atuava de forma transversal, prestando apoio a múltiplos Conselhos, o que
254 reforça a importância de sua permanência ou substituição qualificada para garantir a
255 continuidade dos trabalhos. Por fim, registra que este é o ponto que gostaria de
256 incluir em pauta. Na sequência, o Conselheiro Aurélio Munhoz manifesta-se
257 favoravelmente à proposta apresentada, destacando a relevância da atuação da
258 servidora Jane e a importância de sua recondução ao cargo. Ressalta que a
259 experiência e a bagagem profissional da servidora a qualificam plenamente para a
260 continuidade das atividades, posicionando-se de forma enfática pela aprovação do
261 encaminhamento, dispensando maiores discussões e parabenizando a iniciativa
262 apresentada. Na sequência, a Vice-Presidente, Bruna Ravena, submete a proposta
263 à votação do Pleno, solicitando que os(as) Conselheiros(as) favoráveis permaneçam
264 como estão, que os contrários se manifestem e que as abstenções sejam
265 sinalizadas para fins de registro e contagem. Não havendo manifestações contrárias
266 ou abstenções, a proposta é considerada aprovada, ficando, assim, aprovada a
267 inclusão da pauta apresentada. **4. Informes dos Conselheiros (as/es):** a Vice-
268 Presidente, Bruna Ravena estabelece o tempo de até dez minutos para as
269 manifestações. Na oportunidade, questiona se há Conselheiros(as) com informes a



270 serem realizados e, em seguida, concede a palavra ao Conselheiro Alisson, que
271 apresenta seus informes. Inicialmente, relata a participação no ato nacional em
272 defesa das cotas raciais e em alusão ao Dia Internacional de Luta pela Eliminação
273 da Discriminação Racial, realizado em São Paulo no dia 31 de março. Destaca a
274 articulação conjunta com representantes de Foz do Iguaçu, mencionando que o
275 grupo se encontrou em Londrina e seguiu em comboio até o evento, ressaltando a
276 importância e a qualidade da mobilização. Informa, ainda, que a partir do dia 13 de
277 abril terá início o evento voltado a direitos humanos e juventudes na Universidade
278 Estadual de Londrina, destacando que, no dia 14, participará de grupo de trabalho
279 com a temática “cultura periférica e direitos humanos”. Na continuidade, comunica
280 que, nos dias 22, 23 e 24 de maio, será realizado seminário regional voltado às
281 lideranças da região norte, no âmbito do Programa Sementes de Proteção, o qual
282 está vinculado ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, ao qual a entidade
283 voltou a ser filiada recentemente. Ressalta que a organização que representa foi
284 escolhida como referência no território do Estado do Paraná. Por fim, sugere que o
285 Conselho delibere sobre a indicação de representantes para participação no referido
286 seminário, destacando que será uma honra contar com a presença dos(as)
287 Conselheiros(as) no evento. Na sequência, a Vice-Presidente, Bruna Ravena,
288 responde ao Conselheiro Alisson, manifestando que o Conselho tem total interesse
289 e disposição em pautar a participação no referido evento para deliberação. Contudo,
290 esclarece que, conforme procedimentos administrativos vigentes, a participação de
291 Conselheiros(as) em eventos externos depende do recebimento de convite formal, o
292 qual deve ser encaminhado previamente para viabilizar a autorização. Nesse
293 sentido, orienta que, caso seja possível, o convite seja enviado ao Conselho, a fim
294 de que a matéria possa ser apreciada. Informa, ainda, que, diante das limitações
295 operacionais — agravadas pela recente saída da servidora que prestava suporte aos
296 Conselhos —, a deliberação poderá ocorrer de forma mais célere por meio do grupo
297 de comunicação do Conselho, com posterior formalização, caso não haja tempo
298 hábil para convocação de reunião extraordinária. Ressalta também suas limitações
299 de agenda para participação presencial no evento, em razão de compromissos



300 previamente assumidos. Por fim, propõe a inclusão de pauta para que seja
301 autorizada a indicação de representante do Conselho, condicionada ao recebimento
302 de convite formal, submetendo o encaminhamento à concordância dos(as)
303 Conselheiros(as). O Conselheiro Alisson se compromete a enviar o convite oficial no
304 grupo de WhatsApp do COPED. Na sequência, a Vice-Presidente, Bruna Ravena,
305 apresenta encaminhamento quanto à participação do Conselho no evento
306 mencionado, propondo que o Pleno tome ciência do convite e que a deliberação
307 sobre a indicação de representante ocorra posteriormente, por meio do grupo de
308 WhatsApp, após o recebimento formal do convite. Esclarece que o convite deverá
309 ser direcionado à Mesa Diretora, que o submeterá à deliberação no grupo,
310 considerando a ausência de prazo hábil para indicação em reunião presencial.
311 Informa que, a partir da manifestação dos(as) Conselheiros(as) no grupo, será
312 definida a representação, mediante regime de votação. Destaca que poderão ser
313 indicados(as) Conselheiros(as) titulares ou suplentes, sugerindo, inclusive, a
314 priorização de Conselheiro(a) suplente, como forma de reconhecimento e incentivo à
315 participação ativa. Por fim, questiona se há outros informes por parte dos(as)
316 Conselheiros(as) e, não havendo manifestações, encaminha para o prosseguimento
317 da reunião. **5. Informes da Secretaria Executiva:** Aline (Assistente Administrativa -
318 UTSC/SEJU) informa as Correspondências Recebidas: - 13/03/26: TJPR: Informa-se
319 que foi publicada a Portaria nº 3895/2026 – S.M., do Tribunal de Justiça do Estado
320 do Paraná, por meio da qual: Foi designada a Conselheira Maria José de Souza El
321 Saad, representante titular do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do
322 Estado do Paraná (COPED-PR), para compor o Observatório Institucional de
323 Direitos Humanos (OIDH) e foi revogada a designação anteriormente atribuída à
324 Sra. Elza Maria Campos, constante no item “I-13” da Portaria nº 9619/2025-D.M; -
325 01/04/26: Conselho da Comunidade de Curitiba: Consoante os termos da decisão
326 judicial constante no movimento 253.1, proferida nos autos nº 0001078-
327 49.2021.8.16.0009, a partir do dia 01 de abril de 2026, a Presidência Interina do
328 Conselho da Comunidade de Curitiba será exercida pela Sra. Leovalda Rodrigues
329 Moreira; - 25/04/26: Autora Gisele Silva Maestrelli convida para o lançamento do seu



330 livro: ONDE O AMOR MORA, dia 25/04/26, às 10h na Casa InVerso, em Curitiba. **6.**
 331 **Aprovação do Calendário das Comissões:** A Vice-Presidente Bruna pede para
 332 que o assistente administrativo Henrique coloque as datas que ele fez para as
 333 reuniões da Comissão na tela e também no grupo de WhatsApp para aprovação do
 334 pleno. A Vice-Presidente questiona o assistente administrativo sobre as datas,
 335 dizendo estar errado, mas ele explica e fica tudo acertado. A Conselheira Marcelli
 336 pergunta se as reuniões da Comissão são presenciais, online ou híbridas? A Vice-
 337 Presidente, Bruna Ravena, esclarece que as reuniões das Comissões ocorrem em
 338 formato online, enquanto as reuniões plenárias do COPED são realizadas de forma
 339 presencial. Informa, ainda, que a participação presencial do(a) Conselheiro(a)
 340 suplente se dá, em regra, na ausência do(a) respectivo(a) Conselheiro(a) titular. Na
 341 sequência, o Dr. Antonio Barbosa, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos
 342 (NUCIDH) da Defensoria Pública do Estado, convidado especialista, apresenta
 343 sugestão ao Conselho. Relata que, ao acessar o site institucional da SEJU para
 344 verificar informações sobre a Comissão de Articulação Política e Institucional (CAPI),
 345 não localizou a composição atualizada dos membros do COPED. Diante disso,
 346 sugere que seja deliberada a solicitação à equipe técnica responsável para a devida
 347 atualização das informações no site, destacando a importância da transparência e
 348 da disponibilização de dados atualizados sobre a composição e mandatos do
 349 Conselho. Na sequência, a Vice-Presidente, Bruna Ravena, agradece a sugestão
 350 apresentada e informa que será solicitado à Mesa Diretoria a atualização das
 351 informações no site institucional, especialmente no que se refere ao mural do
 352 COPED, a fim de garantir que a sociedade tenha acesso às informações atualizadas
 353 sobre a composição e representatividade dos(as) Conselheiros(as). Destaca, ainda,
 354 que, com a recente entrada da Conselheira Marcelli, será necessário definir sua
 355 vinculação a uma das Comissões, para posterior publicação ou atualização no Diário
 356 Oficial quanto à composição das Comissões. Por fim, esclarece que, embora cada
 357 Conselheiro(a) possua uma Comissão de referência, não há impedimento para
 358 participação em outras Comissões de forma colaborativa, podendo contribuir
 359 voluntariamente em diferentes temáticas, sem prejuízo de sua vinculação principal.



360 A Vice-Presidente Bruna coloca em regime de discussão acerca das datas
361 propostas, foi questionado se haveria alguma divergência no calendário apresentado
362 e se os(as) conselheiros(as) vislumbravam a viabilidade de participação nas
363 referidas datas. Foi apontada pela Conselheira Wanderli uma possível inconsistência
364 no mês de agosto, especificamente na Comissão de Educação, em razão da
365 duplicidade de reuniões. Esclareceu-se que se tratavam de duas datas distintas (27
366 e 30 de agosto), sendo indicado que a correção seria realizada. Na sequência, foi
367 apresentada orientação pelo assistente administrativo Henrique quanto à elaboração
368 do calendário, destacando-se que se buscou priorizar reuniões às terças, quartas e
369 quintas-feiras. Em alguns casos excepcionais, devido a feriados ou pontos
370 facultativos prolongados, houve necessidade de remanejamento para segundas ou
371 sextas-feiras. Ressaltou-se que o calendário foi estruturado com esse critério e que
372 todos(as) deveriam estar cientes dessa lógica. A Vice-Presidente Bruna Ravena
373 pergunta se todos(as) Conselheiros(as) entenderam, se alguém tem mais algum
374 questionamento que possa se apontar? Não havendo novos questionamentos, o
375 calendário foi colocado em regime de votação, sendo aprovado por unanimidade.
376 Foi ainda informado que, a partir deste momento, as convocações para as plenárias
377 também incluirão, simultaneamente, as reuniões de comissões. Comunicou-se que
378 passará a ser solicitada, previamente, a indicação de pontos de pauta pelos(as)
379 conselheiros(as). Esclareceu-se que, eventualmente, a convocação poderá ser
380 enviada inicialmente sem pauta definida para a comissão, sendo esta
381 complementada posteriormente. Destacou-se que o envio antecipado das
382 convocações visa garantir a ciência de todos(as), não sendo possível à Secretaria
383 Executiva realizar comunicações individuais reiteradas. Informou-se, ainda, que o
384 link de acesso às reuniões será encaminhado no dia correspondente, a fim de
385 possibilitar o acompanhamento técnico e o devido registro das discussões e
386 encaminhamentos. Destacou-se que o envio antecipado das convocações visa
387 garantir a ciência de todos(as), não sendo possível à Secretaria Executiva realizar
388 comunicações individuais reiteradas. Informou-se, ainda, que o link de acesso às
389 reuniões será encaminhado no dia correspondente, a fim de possibilitar o



390 acompanhamento técnico e o devido registro das discussões e encaminhamentos.
 391 Em regime de votação, os favoráveis permaneçam como estão e os contrários se
 392 manifestem. Aprovado. **7. Relatos das Atividades dos Conselheiros (as/es) nos**
 393 **demais Conselhos: PROVITA; PPCAAM; CEDH; REDE DE CONSELHO;**
 394 **OBSERVATÓRIO DO TJ (Calendário das Reuniões dos Conselhos):** A Vice-
 395 Presidente Bruna informa que solicitou para a Assistente Administrativa Aline que
 396 dialogasse com cada um desses Representante desses espaços que tivessem um
 397 Calendário de Reunião para que pudessem estar monitorando, acompanhando e
 398 pudesse trazer a todos (as/es), mas solicitaram também para que fosse enviado
 399 para cada Órgão desse para que fizessem o Calendário para que ela também
 400 pudesse estar monitorando. **Relato PROVITA:** A Conselheira Camila questionada
 401 sobre a participação nas reuniões, foi confirmado que houve presença. A
 402 conselheira relatou que, em razão do caráter sigiloso das reuniões, não é possível
 403 compartilhar informações detalhadas sobre os casos tratados. Informou, contudo,
 404 que os principais diálogos têm se concentrado na organização do formato das
 405 reuniões, com orientações para que ocorram em ambiente reservado,
 406 preferencialmente com uso de fones de ouvido e câmera aberta, garantindo a
 407 confidencialidade das discussões. Registrou-se que as reuniões têm duração média
 408 de até uma hora e meia, nas quais são apresentados os casos, realizados os
 409 encaminhamentos necessários, promovidos diálogos e prestadas orientações,
 410 inclusive aos(às) novos(as) conselheiros(as). Destacou-se, ainda, que os trabalhos
 411 vêm sendo conduzidos de forma eficiente, contando com a expertise dos(as)
 412 participantes, o que tem contribuído para um ambiente produtivo e também para o
 413 fortalecimento da atuação da conselheira no espaço. A Vice-Presidente, Bruna
 414 Ravena, apresentou sugestão no sentido de que as conselheiras e conselheiros que
 415 participam de instâncias e conselhos externos, especialmente aqueles cujas
 416 informações são protegidas por sigilo, passem a apresentar, nos relatos, dados
 417 quantitativos das atividades desenvolvidas. Ressaltou que essa metodologia
 418 permitirá a construção de um panorama mais consistente das atividades ao longo do
 419 tempo, possibilitando, inclusive, a mensuração das ações desenvolvidas durante o



420 período de atuação dos(as) conselheiros(as), como, por exemplo, o número de
421 deliberações, atendimentos e encaminhamentos realizados. Enfatizou, ainda, que a
422 utilização de dados quantitativos contribui para o acompanhamento da efetividade
423 dos programas, como o PROVITA, permitindo avaliar aspectos como volume de
424 atendimentos e celeridade das ações. Por fim, sugeriu que tal prática seja adotada
425 como encaminhamento para os relatos das demais comissões e representações
426 externas, submetendo a proposta à concordância dos(as) presentes. A conselheira
427 Camila manifestou concordância com a sugestão apresentada, destacando que já
428 havia considerado a importância de organizar as ações em dados quantitativos.
429 Ressaltou que essa sistematização contribuirá para uma devolutiva mais qualificada
430 ao Conselho, especialmente nos momentos de apresentação em plenária,
431 agradecendo pelo encaminhamento proposto. **Relato PPCAAM:** O Conselheiro
432 Alisson informou que as reuniões do programa são estruturadas em dois momentos:
433 um inicial, de caráter geral e aberto à participação dos representantes, e outro
434 destinado à discussão de casos específicos, conduzido exclusivamente pela equipe
435 técnica. Esclareceu que, no mês em referência, a reunião foi composta apenas pela
436 etapa de análise de casos, motivo pelo qual não houve participação dos
437 representantes externos. Contudo, em consonância com a sugestão anteriormente
438 apresentada, comprometeu-se a realizar levantamento de dados quantitativos,
439 incluindo número de casos atendidos, entradas e desligamentos, a fim de contribuir
440 para o acompanhamento das atividades do programa, especialmente no âmbito do
441 Estado do Paraná. Por fim, informou que trará as referidas informações na próxima
442 reunião. **Relato CEDH:** Sem informes. **Relato Rede de Conselho:** A Vice-
443 Presidente informa há previsão de realização de duas reuniões anuais, sendo uma
444 no início do ano e outra ao final, esta última usualmente na semana do Dia
445 Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro. Relatou que, no
446 primeiro semestre de 2026, participou da reunião de posse da nova presidência da
447 Rede, ocasião em que foi empossada a presidenta Ivana, marcando um momento
448 significativo pela eleição, pela primeira vez, de uma mulher negra da sociedade civil
449 para a condução do referido conselho. Informou, ainda, que houve encaminhamento



450 para divulgação institucional da participação, o qual não pôde ser efetivado em
 451 razão de impedimentos administrativos supervenientes. Por fim, destacou que, até o
 452 momento, esta foi a principal atividade da Rede de Conselhos no ano de 2026,
 453 sendo que a realização de uma segunda reunião no decorrer do ano dependerá do
 454 calendário pós-processo eleitoral, possivelmente com o objetivo de avaliação das
 455 atividades desenvolvidas e alinhamento para o ano de 2027. **Relato Observatório**
 456 **do TJ:** A Conselheira Aieda informa que participou da primeira reunião do
 457 Observatório, destacando que o encontro foi produtivo e trouxe contribuições
 458 relevantes. Relata que o Tribunal de Justiça apresentou informações sobre a
 459 sistematização das decisões da Corte Internacional em sua página institucional, o
 460 que facilita o acesso à jurisprudência relacionada a temas de direitos humanos.
 461 Acrescenta que o Tribunal ainda está em processo de implementação da tradução
 462 dessas decisões, sendo o próprio órgão responsável por essa atividade,
 463 encontrando-se em fase de organização. Informa, ainda, que foram mencionados
 464 aspectos gerais de calendário, contudo, até o momento, não foram repassadas as
 465 datas das próximas reuniões. Ressalta que o ambiente do encontro foi positivo, com
 466 postura aberta e receptiva por parte do Tribunal de Justiça. Registra também que foi
 467 apresentado o projeto da Caravana, colocando-se o Tribunal à disposição para
 468 possíveis contribuições. Por fim, a Conselheira Aieda comunica que, assim que
 469 receber a ata da referida reunião, fará o devido encaminhamento aos(as)
 470 Conselheiros(as), e pergunta se envia a assistente administrativa Aline. A Vice-
 471 Presidente Bruna Ravena orienta que a leitura da ata pode ser realizada durante o
 472 plenário, com o objetivo de apresentar um resumo dos temas debatidos e verificar
 473 sua consonância com os objetivos do Conselho. Destaca a importância de identificar
 474 quais elementos podem ser apropriados pelo COPED e encaminhados para análise
 475 da Secretaria competente, especialmente no que se refere à produção e utilização
 476 de dados. Ressalta que o Observatório possui papel estratégico na geração de
 477 informações e resultados, sendo necessário avançar na construção de dados
 478 voltados à sociedade civil. Pontua que, até o momento, o Ministério Público tem
 479 apresentado dados relacionados à criação de conselhos e à condução de políticas,



480 assim como a Defensoria Pública também desenvolve iniciativas nesse sentido. No
481 entanto, enfatiza a necessidade de diálogo com esses órgãos, considerando a
482 relevância dos dados produzidos sobre incidências e sobre a realidade da população
483 em situação de vulnerabilidade. A Vice-Presidente destaca, ainda, a importância de
484 compreender os objetivos do Observatório do Tribunal de Justiça, seja no âmbito de
485 incidência institucional, formulação de políticas públicas ou desenvolvimento de
486 ações mais efetivas. Salaria que o alinhamento entre esses espaços é fundamental
487 para identificar o público atendido e qualificar as respostas oferecidas, inclusive em
488 casos de pessoas vinculadas a programas como o PROVITA que possam não estar
489 recebendo atendimento adequado. Por fim, agradece aos(às) Conselheiros(as) que
490 participaram das reuniões, reconhecendo o esforço de atuação e aprendizado,
491 especialmente considerando que, para muitos, a inserção nesses espaços ainda é
492 recente. **8. Recondução da Presidência dos Representantes não**
493 **Governamentais do PROVITA:** A Vice-Presidente Bruna Ravena questiona a
494 Conselheira Camila, enquanto participante do PROVITA, se há informações
495 atualizadas sobre o tema. Indaga, especificamente, se existem discussões no
496 âmbito do programa acerca da recondução da presidência da sociedade civil ou
497 sobre a realização de eventual processo eleitoral. A Conselheira Camila informa
498 que, conforme seu conhecimento, a ex-coordenadora da UTSC/SEJU Jane solicitou
499 a inclusão da pauta em razão de estar em processo de substituição. E a Vice-
500 Presidente Bruna Ravena pergunta se era a Jane que estava sendo a pessoa
501 responsável lá dentro desse espaço? A Conselheira Camila informa que, conforme
502 seu conhecimento, a conselheira Jane solicitou a inclusão da pauta em razão de
503 estar em processo de substituição. A Vice-Presidente Bruna Ravena informa que
504 encaminhará o referido ponto para discussão na próxima reunião. Acrescenta que
505 pretende solicitar uma audiência com a ex-coordenadora Jane, a fim de obter mais
506 informações sobre a questão. Destaca, contudo, que, considerando o momento
507 delicado, optará por não tratar do tema com a ex-coordenadora neste momento,
508 ressaltando seu apreço e respeito por ela. **9. GT da Caravana COPED:** A Vice-
509 Presidente Bruna Ravena inicia sua fala sobre a Caravana do COPED, destacando



510 seu apreço e respeito pelo Conselheiro Walter. Ressalta que ele tem conduzido uma
511 iniciativa desafiadora, ao estruturar uma proposta significativa com apoio
512 governamental, reconhecendo a complexidade desse processo e a ousadia de sua
513 atuação. Pontua que se trata de uma construção difícil, mencionando que há
514 iniciativas que, apesar de seus esforços ao longo do tempo, ainda não conseguiu
515 viabilizar, mas que segue empenhada na luta. Encerra sua fala reafirmando seu
516 compromisso e determinação em continuar atuando, mesmo diante das dificuldades.
517 O convidado Leandro diz que o governo não tem nada de difícil e a Vice-Presidente
518 diz que é complexo. O Conselheiro Walter apresenta informe sobre o andamento da
519 Caravana do COPED, destacando a importância de prestar contas ao Conselho
520 acerca do estágio atual do projeto. Informa que, embora haja grande empenho do
521 grupo para a sua concretização, há limitações quanto ao conhecimento técnico e à
522 ausência de assessoria própria, motivo pelo qual foi buscado apoio junto à
523 Universidade Federal. Registra agradecimento especial ao professor Leandro, que
524 colaborou na elaboração do questionário a ser aplicado às organizações da
525 sociedade civil participantes da Caravana, com o objetivo de coletar dados
526 relevantes. Informa que o instrumento já foi compartilhado no grupo de trabalho e
527 que as cidades a serem visitadas já estão definidas. Comunica que as visitas terão
528 início na segunda quinzena de maio, considerando a necessidade de realização
529 prévia de uma aplicação piloto do questionário junto às entidades da sociedade civil
530 que compõem o COPED, a fim de avaliar sua efetividade e adequação. Destaca,
531 ainda, que será realizado o lançamento da Caravana em Curitiba, ampliando a
532 participação das organizações locais e reconhecendo a capital como espaço
533 estratégico para produção de dados e contribuições. Informa que há a proposta de
534 realização de reunião específica, a ser avaliada pela mesa diretora, para
535 apresentação do questionário aos(às) conselheiros(as) e incentivo à participação
536 das entidades. Após essa etapa, será feita análise dos dados coletados para
537 subsidiar o início das visitas. Acrescenta que os dados produzidos serão
538 disponibilizados à comunidade acadêmica, com vistas à elaboração de estudos e
539 artigos, visando à realização, no próximo ano, do primeiro simpósio do Conselho,



540 com foco na discussão de políticas públicas e vulnerabilidades a partir de dados
541 regionais. O Conselheiro ressalta a relevância do projeto, destacando a satisfação
542 com o desenvolvimento das atividades e o engajamento do grupo de trabalho.
543 Informa, ainda, que foi definida uma identidade visual para a Caravana,
544 representando a pluralidade do Estado. Por fim, solicita a adesão de mais
545 conselheiros(as) voluntários(as) para participação nas visitas aos municípios, em
546 razão da necessidade de divisão das atividades. Esclarece que será oferecido
547 treinamento prévio aos participantes, abrangendo abordagem e utilização do
548 questionário, garantindo o devido suporte. Em seguida, passa a palavra aos demais
549 integrantes do grupo para manifestações. A Conselheira Wanderli informa que
550 também integra o Conselho Municipal de Direitos Humanos de Curitiba e que
551 apresentou, naquele espaço, a proposta da Caravana do COPED. Relata que, no
552 âmbito municipal, tem sido identificado como situação mais urgente a violação de
553 direitos da população em situação de rua, destacando que tais violações têm
554 origem, sobretudo, em ações do poder público, tanto do Executivo quanto do
555 Legislativo. Informa que dialogou com a Presidenta do Conselho Municipal, Cássia,
556 a qual manifestou interesse em que o Conselho Municipal atue como parceiro no
557 lançamento da Caravana, e não apenas como convidado. Esclarece que já houve
558 contato informal com o Conselheiro Walter, mas que, caso o plenário do COPED
559 aprove essa parceria, serão definidos os encaminhamentos formais e o
560 planejamento conjunto. Sugere, ainda, que a pauta do lançamento seja dedicada
561 especificamente à temática da população em situação de rua, contemplando suas
562 diversas interseccionalidades, como migrantes, população LGBT e crianças e
563 adolescentes, de modo a evidenciar a diversidade e a intensidade das violações de
564 direitos enfrentadas por esse público. No que se refere à participação na Caravana,
565 a Conselheira manifesta concordância com a necessidade de ampliação do número
566 de conselheiros(as) envolvidos(as), destacando que, além de contribuir para a
567 divisão das atividades, a experiência promove a qualificação dos participantes e o
568 fortalecimento institucional do COPED. Informa que, apesar de reconhecer a
569 responsabilidade envolvida, coloca-se à disposição para participar das visitas. Por



570 fim, ressalta a importância de dar visibilidade às ações da Caravana, inclusive junto
571 à imprensa, desde o seu lançamento, considerando o potencial de repercussão e de
572 identificação de novas situações de violação de direitos. A Conselheira Aieda inicia
573 sua fala enaltecendo o trabalho desenvolvido pelo Conselheiro Walter na condução
574 do projeto da Caravana do COPED, destacando que a iniciativa foi reconhecida
575 positivamente pela professora Melina e pelo professor Leandro, que ressaltaram sua
576 relevância e a necessidade do diálogo e da coleta de dados. Pontua que o principal
577 objetivo da Caravana é mapear as violações de direitos humanos a partir das
578 contribuições da sociedade civil, possibilitando, posteriormente, a elaboração de
579 uma devolutiva no âmbito do simpósio, inclusive com a participação dos agentes
580 envolvidos, de modo a promover um caráter educativo e dar visibilidade às violações
581 existentes. Destaca que, embora a proposta contemple uma pauta ampla de direitos
582 humanos, é fundamental manter o foco nas situações mais recorrentes,
583 especialmente no que se refere à população em situação de rua, conforme já
584 mencionado por outros conselheiros, ressaltando a necessidade de um olhar
585 prioritário para essa temática. A Conselheira também reforça o pedido de adesão de
586 mais conselheiros(as) à Caravana, considerando que imprevistos profissionais
587 podem ocorrer, especialmente no caso de membros que atuam na área jurídica, o
588 que pode impactar a participação nas atividades. Salaria que, apesar dos desafios
589 e do caráter inédito da experiência para muitos, há disposição coletiva para o
590 aprendizado e para a construção conjunta. Por fim, informa que o questionário
591 elaborado pelo professor Leandro representa um instrumento importante, por trazer
592 maior objetividade na coleta de dados, destacando que a aplicação piloto terá início
593 em Curitiba, com posterior expansão para as demais regiões do Estado. Reitera
594 seus cumprimentos ao Conselheiro Walter pelo trabalho realizado até o momento e
595 manifesta seu compromisso com a continuidade do projeto. O Conselheiro Walter
596 manifesta concordância com a proposta apresentada pela Conselheira Wanderli,
597 avaliando como positiva a aproximação com o Conselho Municipal de Direitos
598 Humanos de Curitiba. Considera viável o compartilhamento da estrutura de trabalho
599 da Caravana, bem como a realização conjunta de visitas no município, destacando



600 que o Conselho Municipal centraliza importantes discussões locais e pode contribuir
601 com o levantamento de demandas e problemáticas. Acrescenta que a proposta
602 suscitou a reflexão sobre a necessidade de ampliar a metodologia da Caravana, de
603 modo que, além da escuta da sociedade civil organizada, também sejam
604 contempladas as pessoas enquanto indivíduos, especialmente no caso da
605 população em situação de rua, que muitas vezes não está formalmente organizada.
606 Ressalta que o Conselho Municipal já possui experiência nesse tipo de abordagem,
607 o que reforça a pertinência da parceria. Informa que, caso o plenário delibere
608 favoravelmente, coloca-se à disposição para dialogar com a Presidenta Cássia,
609 visando ao alinhamento de agendas e à formalização da cooperação. Sugere, ainda,
610 que seja dada ciência da Caravana aos demais conselhos do Estado, de forma
611 informativa, sem envolvê-los diretamente na estruturação do projeto, a fim de não
612 comprometer seu andamento. O Conselheiro registra, ainda, manifestação de
613 reconhecimento à coordenadora Jane, destacando sua contribuição significativa na
614 construção da Caravana, especialmente no apoio institucional, articulações e
615 viabilização de agendas com a DG. Ressalta que sua ausência representa uma
616 perda relevante para o Conselho, não apenas pela competência técnica, mas
617 também pelo comprometimento e dedicação demonstrados. Por fim, coloca-se à
618 disposição para esclarecimentos adicionais e, não havendo manifestações, informa
619 que se retirará da reunião em razão de compromisso acadêmico. O Conselheiro
620 Alisson manifesta reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho
621 da Caravana, destacando que a interiorização das ações sempre foi uma pauta
622 defendida pelo Centro de Direitos Humanos de Londrina. Afirma sentir-se honrado
623 em integrar o grupo e ressalta a relevância da iniciativa, considerando que se trata
624 de uma construção histórica no âmbito do Conselho. Enfatiza seu compromisso com
625 as atividades assumidas, destacando a importância da responsabilidade na
626 execução das ações propostas. Ressalta, ainda, a necessidade de ampliar o
627 envolvimento da sociedade civil na discussão dos direitos humanos no Estado do
628 Paraná, com vistas à formulação de políticas públicas que promovam melhores
629 condições de vida, especialmente para as populações em situação de maior



630 vulnerabilidade. Por fim, registra agradecimento ao grupo de trabalho e destaca a
631 perspectiva de continuidade das atividades, reconhecendo o volume e a importância
632 das ações a serem desenvolvidas. O Conselheiro Walter complementa que a
633 Defensoria Pública será formalmente convidada a participar da Caravana, mediante
634 envio de ofício. Informa que a proposta consiste em levar o COPED a diferentes
635 municípios, utilizando, inclusive, espaços como as sedes da OAB para a escuta da
636 sociedade civil. Destaca que, além da Defensoria Pública, outros órgãos, como o
637 Ministério Público, também serão convidados a integrar as atividades, com o objetivo
638 de contribuir tanto no diálogo quanto na adoção de providências imediatas, quando
639 identificadas situações que demandem atuação direta. Ressalta que, embora a
640 Caravana tenha como foco principal a coleta de dados, a presença dessas
641 instituições possibilita uma atuação mais efetiva e ágil diante das demandas
642 apresentadas, configurando um trabalho coletivo e articulado. Por fim, registra que
643 ainda aguarda a definição das agendas de visitação e pede desculpas por não ter
644 conseguido dialogar previamente sobre o tema, colocando-se à disposição para os
645 devidos alinhamentos. A Vice-Presidente Bruna Ravena apresenta questão de
646 ordem, informando que, em razão da extensa pauta e do número elevado de temas
647 a serem tratados, é necessário dar celeridade aos trabalhos. Solicita, assim, que
648 os(as) conselheiros(as) observem o tempo de fala previamente estabelecido.
649 Reforça a necessidade de objetividade nas manifestações, destacando que é
650 preciso avançar para os encaminhamentos e deliberações. O Conselheiro Walter
651 apresenta proposta de encaminhamento, indicando que, considerando a
652 necessidade de aprimoramento do formulário e a realização de teste junto às
653 entidades da sociedade civil, seria oportuno promover um novo momento de
654 alinhamento. Sugere, assim, a realização de uma reunião plenária virtual breve, com
655 o objetivo específico de apresentar o formulário e orientar quanto à sua aplicação
656 piloto. Alternativamente, propõe a gravação de um vídeo explicativo a ser
657 compartilhado com os(as) conselheiros(as), de modo a otimizar o tempo e evitar a
658 necessidade de nova reunião. Por fim, submete à apreciação da Presidência a
659 proposta de que os(as) conselheiros(as) e entidades da sociedade civil realizem o



660 teste do formulário, a fim de avaliar seu funcionamento e o comportamento das
661 respostas obtidas. O Conselheiro Aurélio manifesta que, caso seja considerada
662 fundamental a participação das prefeituras no processo, coloca-se à disposição para
663 contribuir na articulação e construção de diálogo com esses entes. Em resposta, o
664 Conselheiro Walter agradece a disponibilidade e destaca a relevância da
665 participação do Conselheiro Aurélio, ressaltando que a atuação das prefeituras,
666 especialmente por meio das Secretarias de Assistência Social, é pertinente e pode
667 fortalecer a construção do trabalho coletivo. Por fim, registra o acolhimento da oferta
668 de colaboração. A Vice-Presidente Bruna Ravena apresenta considerações e
669 encaminhamentos sobre a organização da Caravana do COPED. Informa que
670 solicitou à Secretaria Executiva o registro dos pontos discutidos e destaca a
671 necessidade de definir, de forma coletiva, uma data viável para realização de
672 reunião com a sociedade civil e o pleno, podendo a deliberação ocorrer por meio de
673 votação no grupo. Ressalta a importância de atenção aos prazos relacionados à
674 comunicação institucional, especialmente em razão das restrições de divulgação em
675 redes sociais a partir do período eleitoral. Nesse sentido, propõe o encaminhamento
676 de solicitação à SEJU para elaboração de material de divulgação da Caravana
677 COPED, como vídeo ou arte digital, a ser veiculado no site institucional e redes
678 sociais, visando ampliar o alcance das informações. A Vice-Presidente parabeniza o
679 grupo de trabalho responsável pela organização da Caravana, destacando a
680 eficiência da atuação de um núcleo reduzido e comprometido, e reforça a
681 importância da colaboração dos demais conselheiros(as), inclusive para suprir
682 eventuais ausências pontuais dos coordenadores. Sugere, ainda, a realização de
683 reunião específica, com duração aproximada de duas horas, para aprofundamento
684 das informações sobre a Caravana, com possibilidade de participação de agentes
685 externos, a fim de qualificar a atuação dos conselheiros(as) nos territórios. Por fim,
686 propõe que seja colocado em regime de votação: (i) a realização da referida reunião,
687 com definição de data pelo grupo; e (ii) a autorização para envio de ofício à SEJU
688 solicitando a produção de material de divulgação da Caravana COPED, a ser
689 disponibilizado antes do período de restrições eleitorais. O Conselheiro Walter



690 manifesta concordância com os encaminhamentos apresentados. Na sequência, a
 691 Vice-Presidente Bruna Ravena submete à votação a realização de reunião
 692 específica para tratar da Caravana do COPED, solicitando que os favoráveis
 693 permaneçam como estão e que os contrários se manifestem. Não havendo
 694 manifestações contrárias, a proposta é considerada aprovada. Em seguida, coloca
 695 em votação a proposta de encaminhamento para a comunicação institucional,
 696 visando à criação de material de divulgação da Caravana, sendo igualmente
 697 aprovada nos mesmos termos. Por fim, delibera que as demais propostas
 698 apresentadas, como a sugestão da Conselheira Wanderli, do Conselheiro Walter
 699 sejam encaminhadas no âmbito da comissão responsável e posteriormente
 700 submetidas à apreciação do plenário para deliberação. **10. GT do Plano de Ação**
 701 **Estadual de Direitos Humanos:** O Conselheiro Walter informa que há entraves no
 702 andamento dos trabalhos em razão da ausência de indicações por parte do Governo
 703 para compor o grupo. Destaca que já há quatro representantes da sociedade civil
 704 definidos, porém ainda aguarda a indicação de membros governamentais. Ressalta
 705 a importância da participação de representantes da Secretaria da Justiça (SEJU) e
 706 da Secretaria de Segurança Pública, considerando-os atores fundamentais para a
 707 legitimidade do plano. Informa que o Conselheiro Laércio (SEDEF) já se colocou à
 708 disposição, sendo sua participação bem-vinda, mas que ainda são necessários mais
 709 três nomes do Governo para viabilizar a continuidade das ações. Comunica, ainda,
 710 que o primeiro evento previsto será uma audiência pública, com a intenção de
 711 realizá-la na Assembleia Legislativa, com o objetivo de lançar oficialmente os
 712 trabalhos e convidar a sociedade a participar da construção do plano. Por fim,
 713 menciona que, em reunião com a Prof^ª Melina, foi discutido o apoio institucional da
 714 Universidade Federal na elaboração do plano. Reitera que a principal pendência no
 715 momento é a indicação dos três representantes governamentais, solicitando,
 716 especialmente, o apoio da SEJU e da Secretaria de Segurança Pública para a
 717 composição do grupo. A Conselheira Wanderli, ao tratar da construção do plano,
 718 sugere que seja realizado um convite mais incisivo ao professor Lemos,
 719 representante da Assembleia Legislativa, ressaltando a importância de sua



720 participação, especialmente considerando a possibilidade de realização de audiência
721 pública naquele espaço, onde o mesmo atua como presidente da Comissão de
722 Direitos Humanos. O Conselheiro Walter informa que, na manhã do mesmo dia,
723 recebeu contato do assessor Alisson, vinculado ao deputado Lemos, solicitando o
724 link da reunião, o qual foi devidamente encaminhado, registrando que o mesmo se
725 encontra presente. A Conselheira Wanderli reforça que, para a realização da
726 audiência pública na Assembleia Legislativa, é fundamental a participação ativa do
727 professor Lemos, destacando a necessidade de insistência no convite e de já
728 sinalizar a intenção de realização da referida audiência. Em resposta, o Conselheiro
729 Walter esclarece que o plano ainda se encontra em fase de estruturação inicial e
730 que, neste momento, sua prioridade é a composição do grupo de trabalho. Destaca
731 que é necessário aguardar a indicação dos membros governamentais para que seja
732 possível a publicação oficial de nomeação dos integrantes. Informa que, após a
733 formalização do grupo, serão realizados os encaminhamentos e articulações com o
734 professor Lemos e demais atores envolvidos. O Conselheiro Alisson cumprimenta a
735 todos e se apresenta como representante do deputado Professor Lemos. Informa
736 que o parlamentar não pôde participar da reunião em razão de agenda no interior,
737 mas ressalta que já houve participação na reunião anterior e que o mandato segue
738 acompanhando os trabalhos. Destaca, ainda, que o gabinete do deputado Professor
739 Lemos permanece à disposição para colaborar com as demandas do Conselho,
740 reforçando o histórico de apoio ao COPED, inclusive com a realização de atividades
741 conjuntas, e coloca também a Comissão de Direitos Humanos à disposição para
742 futuras ações. O Conselheiro Walter agradece a presença e a disponibilidade dos
743 representantes, destacando que foram fundamentais, inclusive, nas ações
744 relacionadas à comemoração do aniversário do Conselho. Ressalta a colaboração
745 do deputado Professor Lemos e de sua equipe, reconhecendo a contribuição na
746 construção conjunta de atividades. Informa, ainda, que já há a intenção de contar
747 com o apoio do referido mandato para conduzir o lançamento do plano, tão logo
748 estejam definidos os indicadores e haja a composição completa do grupo com os
749 representantes governamentais. Por fim, reforça a necessidade de indicação dos



750 membros do Governo para viabilizar o fechamento e a publicação oficial do grupo,
751 permitindo que, na sequência, sejam iniciadas as articulações necessárias para o
752 avanço dos trabalhos. Em seguida, devolve a palavra à Presidência. **11. Relatos**
753 **das Comissões: 11.1. Comissão de Denúncias: 11.1.1: E-mail: Denúncia na**
754 **Cadeia de Piraquara, bloco 2, galeria 4, PCE-US, recebida dia 18/05/2025,**
755 **pautada em 07/11/2025.** Histórico: Gilcimara Vicente: “Boa tarde preciso muito da
756 ajuda de vocês foi mandado Sedex e nao foi entregue a pessoa esta sem coberta
757 que agente mando produto de higiene e nada foi pra ele isso é uma falta de
758 consideração meu Deus agente compra tudo tem gasto PR nso ir até ele já está
759 pagando pelo erro agora fica la sem nada nesse bloco 2 galeria preciso muito de
760 ajuda” em Piraquara bloco 2 galeria 4 da pce-us. Parecer da Comissão: Diante da
761 recorrência da narrativa objeto das denúncias, que também aparecem em outros
762 órgãos de defesa de direitos humanos, verifica-se a plausibilidade dos fatos
763 narrados. Com efeito, o parecer é pelo encaminhamento de ofícios ao GMF do
764 Tribunal de Justiça do Paraná, ao GAESP do Ministério Público do Estado do
765 Paraná e ao NUPEP da Defensoria Pública do Estado do Paraná e à Diretoria do
766 DEPEN/PR, solicitando o fim das punições coletivas na PCE-US, em especial para
767 que os PPLs recebam todos os materiais de higiene e alimentações fornecidas pelos
768 familiares, bem como rápido tratamento de saúde, e que as visitas sejam tratadas
769 com urbanidade, sem qualquer forma de opressão. Parecer do COPED:
770 APROVADO. Parecer da Comissão: Em razão das medidas já tomadas pelo GMF,
771 pelo sobrestamento do presente protocolo por 60 dias. Parecer do COPED:
772 APROVADO. Resposta do GMF dia 13/03/2026: Considerando a notícia de violação
773 de direitos básicos das pessoas presas na Penitenciária Central do Estado -
774 Unidade de Segurança (PCE-US), à Secretaria para que autue pedido de
775 providências perante a Vara da Corregedoria dos Presídios desta Comarca para a
776 apuração dos fatos ali relatados, de maneira específica, informando-se o número do
777 procedimento neste SEI!TJPR. Na oportunidade, destaco que a referida unidade
778 (PCE-US) tem passado por inspeções regulares, nos termos da Resolução no
779 593/2024 do Conselho Nacional de Justiça, já tendo este Juízo tomado providências



780 para o enfrentamento de irregularidades e outras possíveis violações em
781 procedimentos mais abrangentes na Corregedoria dos Presídios desta Comarca.
782 **Parecer do COPED:** Pelo arquivamento do processo. APROVADO. **11.1.2.:.**
783 **Protocolo 18.141.758-7: Solicitação de informações sobre as unidades de**
784 **custódia feminina do estado do Paraná. (recebida dia 06/08/2024).** Histórico:
785 Considerando o retorno dos autos com a manifestação e providências adotadas,
786 restitua-se à origem para demais gestões. Parecer da Comissão: Encaminhar ofícios
787 ao Conselho da Comunidade e à CDDH da OAB/PR, para que verifique in loco a
788 situação objeto do protocolo. Parecer do COPED: APROVADO. Resposta da CDDH
789 ao Ofício: Em atenção ao Ofício no 685/2025, informamos que esta Comissão de
790 Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) realizou, no dia 29 de janeiro de 2026, a
791 vistoria técnica na Penitenciária Feminina do Paraná (PFP). Para detalhamento das
792 condições apuradas quanto ao tratamento das gestantes e lactantes, encaminhamos
793 em anexo a íntegra do RELATÓRIO DE VISTORIA (Andamento no 08),
794 permanecendo esta Seccional à disposição para os desdobramentos necessários.
795 Relatório em anexo. **Parecer do COPED:** Encaminhamento presentes no relatório
796 em anexo. APROVADO. **13.2.Comissão de Direitos Sociais, Saúde, Educação,**
797 **LGBTI+, Cultura, Cidadania, Segurança Alimentar e Nutricional, Economia**
798 **Solidária e Sustentabilidade, Promoção da Igualdade Racial, Defesa de Povos**
799 **Tradicionais de Terreiro e Religiões de Matriz Africana e Combate ao Racismo**
800 **Estrutural, ao Racismo Religioso e Intolerância Religiosa. 13.2.1: E-mail:**
801 **Denúncia aos órgão de direito competentes.** Histórico: Segue para conhecimento,
802 devidas providências, se possível instauração de investigação da Denunciada.
803 **Parecer da Comissão:** Se o MPPR tem ciências sobre as denúncias contra a
804 Telma, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescentes (recebeu
805 possível denúncia do Conselho Matriz e solicitar informações, se foi realizada e
806 quais as tratativas e recomendações), Conanda, Câmara dos Vereadores e informar
807 a denunciante que ela pode. Se ela já fez a denuncia, se encaminhou para o
808 conselho. **Parecer do COPED:** APROVADO. **Resposta da assessoria Técnica**
809 **dos Conselhos Tutelares:** Acusamos o recebimento das manifestações e



810 documentos encaminhados, inclusive aqueles registrados em atas, memoriais e
 811 demais peças administrativas à Comissão de Ética e Disciplina dos Conselhos
 812 Tutelares. Informamos que as medidas administrativas cabíveis já estão sendo
 813 adotadas no âmbito desta Secretaria, visando à apuração dos fatos e à preservação
 814 do ambiente de trabalho. Cabe esclarecer que a Assessoria Técnica aos Conselhos
 815 Tutelares não possui vínculo de subordinação com os(as) Conselheiros(as)
 816 Tutelares, assim como os(as) servidores(as) que prestam apoio administrativo ao
 817 Conselho Tutelar mantêm vínculo funcional com esta Secretaria, não estando
 818 subordinados diretamente ao colegiado. Dessa forma, e considerando o teor dos
 819 relatos, visando à segurança e à saúde da servidora envolvida, serão
 820 implementadas ações imediatas, dentre as quais destacamos: 1. Afastamento
 821 cautelar da servidora do atual local de trabalho; 2. Encaminhamento à Saúde
 822 Ocupacional para avaliação médica e definição de medidas complementares que se
 823 fizerem necessárias. Reiteramos que tais providências têm como objetivo resguardar
 824 a integridade física e emocional dos(as) servidores(as), prevenir agravamento de
 825 conflitos e assegurar condições adequadas para o desempenho das funções
 826 institucionais, em conformidade com os princípios de civilidade, respeito e
 827 cooperação que regem o serviço público. Atenciosamente, J. R. de A. J. - Assessor
 828 Técnico – SMDH. **Resposta ao Ofício 666(24/11):** Em atenção ao Ofício nº
 829 666/2025, suscrito por Vossa Senhoria, no qual relata ocorrência datada de 28 de
 830 maio passado, ocorrida no âmbito de Conselho Tutelar, os quais são vinculados
 831 administrativamente à Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de
 832 Desenvolvimento Humano (SMDH), informamos que a Câmara Municipal não foi
 833 notificada de qualquer ocorrência, não havendo qualquer procedimento instaurado.
 834 **Parecer da Comissão:** Encaminhar as devolutivas à denunciante para ciência e
 835 questionar se deseja a realização de nova oitiva. **Parecer do COPED:** APROVADO.
 836 Resposta da denunciante via e-mail (15/01/26): Boa Tarde, Houveram situações
 837 extremamente desgastantes neste período, fui retirada do Conselho Tutelar Matriz
 838 como parte da preservação do ambiente de trabalho: Afastamento cautelar da
 839 servidora do atual local de trabalho; Encaminhamento à Saúde **Ocupacional** para



840 avaliação médica e definição de medidas complementares que se fizerem
841 necessárias. Neste momento não sei nem o que dizer, me sinto apenas muito
842 cansada e desanimada para dar continuidade. Soube que a Conselheira Tutelar
843 citada, também foi afastada a pouco tempo atrás e que estão investigando as
844 situações mencionadas. Acredito que se eu não tivesse enviado as situações
845 ocorridas para os diversos órgãos, esse movimento não teria iniciado. Agradeço pela
846 devolutiva e pela atenção dispensada. Arilda Pinheiro. Parecer da Comissão:
847 COPED entende os procedimentos, porém a vítima deve ser acolhida e passar pelo
848 processo de acolhimento psicológico e deseja o restabelecimento da Arilda as suas
849 funções. Quais medidas estão sendo utilizadas (conforme o órgão que fez o
850 afastamento). A Câmara dos Vereadores passe mais a fiscalizar os Conselhos.
851 Solicitar que a FAS passe a monitorar estes espaços. Parecer do COPED:
852 APROVADO. Resposta COMTIBA, dia 18/03/26: Em atenção aos ofícios, que
853 solicitam informações acerca de denúncias e do contexto de conflitos institucionais
854 envolvendo a Conselheira Tutelar Sra. Telma Regina de Mello e a servidora Sra.
855 Arilda Patricio Pinheiro, o COMTIBA vem, por meio deste, informar as providências
856 que foram adotadas. As situações relatadas, incluindo o episódio de suposta
857 acusação infundada de furto (B.O. nº 2025/898386) e os relatos de conduta
858 incompatível com a urbanidade registrados em atas de colegiado, foram
859 formalmente encaminhadas à Comissão de Ética e Disciplina deste Conselho
860 Municipal. Diante dos fatos e visando preservar a integridade das apurações e o
861 bom funcionamento do Conselho Tutelar Matriz, a Sra. Telma Regina de Mello
862 encontra-se atualmente afastada cautelarmente de suas funções, com a
863 manutenção de seus vencimentos, até que as análises dos processos sejam
864 concluídas pela Comissão. Em relação a servidora, Sra. Arilda Patricio Pinheiro, foi
865 formalizada sua designação para exercício em outra unidade do Conselho Tutelar,
866 com o consentimento da mesma, cessando o contato direto com a fonte do conflito
867 institucional reportado. **Parecer do COPED:** Oficiar em resposta agradecendo e
868 sobrestar denuncia até retorno do processo pelo comitê de ética para arquivamento .
869 APROVADO. **13.2.2: E-mail: DENÚNCIA HOMOFOBIA CURITIBA-PR (recebida**



870 dia 27/02/2026). Histórico: DESCRITIVO FORMAL DE DENÚNCIA. Agressão,
871 Ameaça e Violência Homofóbica – Curitiba/PR. Eu, H. A., venho por meio deste
872 apresentar denúncia formal referente a episódio de agressão física, ameaça e
873 violência motivada por homofobia ocorrido no dia 25 de fevereiro, às 19h30, na
874 Avenida Sete de Setembro, nº 4194, bairro Batel, Curitiba/PR (CEP 80250-210), nas
875 proximidades do Shopping Curitiba. No momento do ocorrido, eu realizava corrida
876 na via pública quando fui alvo de agressões praticadas por indivíduos que se
877 encontravam no interior do ônibus prefixo BE728, operado pela empresa Transporte
878 Coletivo Glória. Os agressores, em sua maioria homens, trajavam roupas
879 identificadas com a torcida organizada “Império”, do time Curitiba Futebol Club, e
880 aparentemente deslocavam-se para o jogo contra o São Paulo Futebol Clube
881 (SPFC), no estádio Major Couto Pereira. Durante o trajeto do veículo, os indivíduos:
882 Arremessaram recipientes de cerveja em minha direção, colocando em risco minha
883 integridade física; Proferiram ofensas de cunho homofóbico, incluindo expressões
884 como “é pra virar homem viado”; Gritaram ameaças explícitas como “tem que
885 morrer”. As condutas descritas configuram: Agressão / tentativa de lesão corporal;
886 Ameaça; Injúria motivada por preconceito (homofobia), equiparada ao crime de
887 racismo conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal; Violação aos direitos
888 fundamentais à dignidade, à segurança e à livre circulação. O episódio representa
889 não apenas violência individual, mas manifestação clara de ódio motivado por
890 orientação sexual, com caráter intimidatório e potencial risco à vida. Diante da
891 gravidade dos fatos, solicito: 1. Acompanhamento institucional do caso; 2. A
892 requisição e preservação das imagens internas do veículo mencionado; 3. A adoção
893 das medidas cabíveis para responsabilização dos envolvidos; 4. Monitoramento de
894 práticas discriminatórias no transporte público da cidade. Reitero que tal situação
895 fere princípios constitucionais de igualdade, dignidade da pessoa humana e
896 proteção contra discriminação. Coloco-me à disposição para prestar esclarecimentos
897 adicionais. **Parecer da Comissão:** Saber do denunciante se este fez o boletim de
898 ocorrência? Oficiar o Curitiba e a torcida organizada Império se estes tem ciência do
899 acontecido e se sim, se já tomaram alguma providência. Oficiar a URBS para



900 solicitar as imagens e se tem ciência do fato ocorrido. **Parecer do COPED:**
 901 APROVADO. Resposta do Coritiba Foot Ball Club: O CORITIBA SOCIEDADE
 902 ANÔNIMA DO FUTEBOL vem, pela presente, em atenção ao e-mail recebido em 16
 903 de março de 2026 e ao conteúdo do ofício nº 026/2026 do COPED/PR, esclarecer os
 904 seguintes fatos: Inicialmente, é essencial destacar que a mencionada
 905 correspondência foi encaminhada aos cuidados da Sra. Marianna Libano, presidente
 906 do Coritiba Foot Ball Club. Visando à preservação do rito célere e ao
 907 desenvolvimento ideal das ações do COPEDEI, o CORITIBA SAF informa que já
 908 procedeu ao envio do ofício à Sra. Marianna, que pode ser contactada futuramente
 909 através do endereço eletrônico . Ainda, aproveita o ensejo, na medida em que o
 910 CORITIBA SAF é o atual responsável pela manutenção das equipes de futebol do
 911 Coritiba, pela administração do Estádio Major Antônio Couto Pereira e pelas demais
 912 atividades pertinentes à exploração da marca Coritiba, para esclarecer que o Clube
 913 não tem vinculação a qualquer grupo de torcedores organizados, inclusive à torcida
 914 organizada citada no ofício, a qual possui personalidade jurídica e organização
 915 administrativa própria, como previsto em lei. Finalmente, o CORITIBA SAF comunica
 916 que não possui ciência dos fatos relatados na denúncia e que repudia
 917 veementemente qualquer ato discriminatório e quaisquer práticas baseadas em
 918 preconceito, tais como racismo, homofobia, sexismo e intolerância religiosa. Sem
 919 mais para o momento, firmamo-nos com nossos protestos de elevada estima e
 920 distinta consideração, ficando à disposição para prestar demais esclarecimentos
 921 sobre o tema. Resposta da URBS em 16/03/26: Em atenção à solicitação
 922 protocolada no Sistema Único de Protocolo – SUP, sob o número 04-020307/2026,
 923 referente ao Ofício 025/2026, em que é solicitado filmagens do ônibus de prefixo
 924 BE728, do dia 25/02/2026, no horário aproximado das 19h30, temos a esclarecer
 925 que: O CCO – Centro de Controle Operacional da URBS possui 752 câmeras de
 926 monitoramento em Terminais e Estações Tubo, 3.800 em 720 ônibus e outras 86
 927 câmeras instaladas nas vias públicas da cidade de Curitiba, visando atender a
 928 mobilidade urbana. As imagens captadas por este sistema são armazenadas em
 929 nosso datacenter por um período máximo de 10 (dez) dias corridos, sendo



930 automaticamente sobrescritas após esse prazo. Em busca em nosso banco de
 931 dados não encontramos registro de ocorrência que envolvesse a situação descrita. E
 932 uma vez que não houve ciência anterior dos fatos ocorridos por este CCO, não
 933 houve resguardo de imagens, e devido ao lapso temporal decorrido entre a data da
 934 ocorrência e o recebimento deste pedido, superior a 10 dias, não é mais possível
 935 recuperá-las, pois as imagens foram automaticamente sobrescritas. Desta forma,
 936 infelizmente, não temos como atender a esta solicitação. **Parecer do COPED:**
 937 Encaminhar resposta reforçando ofício a presidente Mariana Libano deixando
 938 sobrestado até retorno. Encaminhar as respostas referente a URBS ao denunciante
 939 e arquivar. APROVADO. **11.3: Comissão de Educação, Trabalho e Inclusão**
 940 **Social:** Sem informes. **11.4.Comissão de Atenção a População em Situação de**
 941 **Rua, Direito à Cidade e à Moradia e Questão Fundiária:** Sem informes.
 942 **11.5:Comissão de Articulação Política e Institucional-CAPI:** Sem informes. **12.**
 943 **Informes Gerais:** O Conselheiro Toni – SEJU, ressaltou a necessidade de reiterar a
 944 orientação apresentada pelo Dr. Antônio no início da reunião, destacando a
 945 importância de que, diante de ocorrências, seja realizado o registro imediato de
 946 boletim de ocorrência, a fim de garantir maior agilidade nas providências e evitar
 947 prejuízos às apurações, como a perda de imagens ou provas. Pontuou que, com o
 948 registro formal, as autoridades competentes, como a polícia, o Ministério Público e a
 949 Defensoria Pública, passam a ter elementos para adotar as medidas cabíveis,
 950 inclusive a requisição de imagens e demais evidências. Enfatizou que o COPED
 951 cumpre seu papel institucional, mas que é fundamental orientar os denunciante a
 952 também formalizarem as ocorrências junto aos órgãos competentes. Na sequência,
 953 a Vice-Presidente Bruna Ravena destacou a importância da criação de um canal
 954 específico de denúncias de direitos humanos, pauta já anteriormente protocolada,
 955 mas que sofreu descontinuidade em razão de mudanças administrativas. Ressaltou
 956 que a implementação desse canal deve vir acompanhada de orientações claras
 957 sobre os procedimentos necessários para formalização das denúncias, incluindo
 958 registro de boletim de ocorrência, apresentação de provas e definição do tipo de
 959 denúncia (anônima ou identificada). Enfatizou, ainda, a relevância do registro das



960 violações para a produção de dados e formulação de políticas públicas, bem como a
961 necessidade de apoio institucional da Secretaria de Justiça para estruturação da
962 comunicação e fortalecimento do sistema de denúncias. O conselheiro Toni
963 manifestou concordância com a proposta, comprometendo-se a retomar o protocolo
964 anteriormente elaborado, em articulação com a equipe de comunicação, visando sua
965 atualização e implementação com a maior brevidade possível. Colocou, ainda, a
966 estrutura da Secretaria de Justiça à disposição para colaboração no
967 desenvolvimento de um canal efetivo, sugerindo, inclusive, a utilização de
968 ferramentas acessíveis como o WhatsApp, a fim de ampliar o alcance e a eficiência
969 no recebimento das denúncias. O conselheiro Alisson reforçou a relevância da
970 pauta, destacando que a ausência de um canal institucionalizado faz com que
971 denúncias sejam recebidas por meios informais, como contatos pessoais, o que
972 evidencia a urgência da estruturação de um fluxo adequado. A conselheira Nádia
973 informou que a temática já está em discussão interna, tendo sido tratada
974 recentemente com a direção, que reconheceu sua importância e concedeu
975 autonomia para o desenvolvimento da proposta. Destacou a necessidade de que o
976 canal contemple diferentes meios de acesso, incluindo atendimento telefônico,
977 considerando as limitações de parte do público atendido. Informou, por fim, que a
978 pauta será aprofundada e apresentada como ponto de discussão em próxima
979 reunião do Conselho. Por fim, a Vice-Presidente Bruna reforçou o convite para
980 participação nas comissões e orientou que as inscrições devem ser realizadas junto
981 à Secretaria Executiva. **13. Encerramento:** Por fim, a Vice-Presidente Bruna
982 agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a Reunião Ordinária do
983 Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná. A presente ata foi lavrada
984 por Aline Oliveira Ferreira Romanel.

985

986

Publicado no Diário Oficial Nº 12144 no dia 14/05/2026

987